



Sessão temática: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Mesa coordenada Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social: formação e trabalho profissional críticos no enfrentamento do conservadorismo

OS DESAFIOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESPANHA FRENTE À CRISE DO CAPITAL: INTERLOCUÇÕES COM O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL¹

MIGUEL ÀNGEL OLIVER PERELLÓ²
ROSANA MATOS-SILVEIRA³
JOANA MARIA MESTRE MIQUEL⁴
CRISTIANE TOMÁZ⁵
RAFAELA SOUZA REIS AGUIAR⁶

Resumo: Na “transição democrática” na Espanha assistentes sociais são impulsionados a superar o modelo paternalista de intervenção social, sustentado em velhas práticas de beneficência, de caráter moralizador. Isto se deve ao marco progressista desse período - 1970/1980 -, com a implantação de políticas sociais, fortalecidas com o surgimento do Sistema Público de Serviços Sociais fundamentadas no Estado Social de Direito. Este trabalho é fruto de uma investigação internacional entre Brasil e Espanha sobre o Serviço Social em tempos de crise do capital, com transformações nos espaços laborais, nas políticas sociais, e discute os limites e as possibilidades da autonomia profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; Serviço Social na Espanha e no Brasil; Exercício Profissional; Crise do Capital.

Resumen: En la "transición democrática" en España, las trabajadoras sociales se ven impulsadas a superar el modelo paternalista de intervención social, sostenido en viejas prácticas de beneficencia, de carácter moralizador. Esto se debe al marco progresista de ese período -1970/1980-, con la implantación de políticas sociales, fortalecidas con el surgimiento del Sistema Público de Servicios Sociales fundamentadas en el Estado Social de Derecho. Este trabajo es fruto de una investigación internacional entre Brasil y España sobre el Trabajo Social en tiempos de crisis del capital, con transformaciones en los espacios laborales, en las políticas sociales, y discute los límites y las posibilidades de la autonomía profesional.

Palabras-clave: Trabajo Social; Trabajo Social en España y Brasil; Trabajo Social; Ejercicio Profesional; Crisis del Capital.

¹ Neste trabalho serão apresentados os dados apenas da região das Ilhas Baleares, como dados parciais da pesquisa em andamento entre Brasil e Espanha.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidad Nacional de La Plata. E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

³ Professora com formação em Serviço Social. Universidad de Granada.

⁴ Professora com formação em Serviço Social. Universidad de Las Illas Baleares.

⁵ Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Ouro Preto.

⁶ Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Ouro Preto.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto da investigação internacional *Interlocações entre as particularidades do Serviço Social Brasileiro e Espanhol: um estudo sobre a imagem socialmente construída e a autoimagem da profissão do Assistente Social*, tal pesquisa está vinculada ao Programa Institucional de “Bolsas de Iniciação Científica/CNPq-Brasil”, desenvolvida entre as universidades espanholas e brasileira - Universidad de las Islas Baleares (UIB), Universidad de Granada (UGR) e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

O objetivo desta investigação, que está em pleno desenvolvimento, é conhecer qual é a imagem socialmente construída e a autoimagem da profissão nos marcos do processo de implementação do título de Graduação em Trabalho Social no país, que significou sua inserção no âmbito universitário e seu reconhecimento como profissão, deixando de lado o que até o momento era uma *diplomatura*, ou seja, uma graduação acadêmica curta de apenas 3 anos, especializada e com alto grau de profissionalização, sem as mesmas prerrogativas que a licenciatura, no âmbito da formação superior europeia, já que não permitia o acesso direto a mestrado e doutorado. Com esta mudança, a profissão foi elevada a área de produção de conhecimento e submetida à *Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación (ANECA)* podendo, a partir de 2006/2007, instituir seus programas de pós-graduação, algo totalmente ausente no cenário profissional do Serviço Social na Espanha, desde o surgimento da profissão nas primeiras décadas do século XX (García, 2009).

O processo de Bolonha supõe um antes e um depois da profissão, pois foi este *objetivo reformado* ensino superior europeu que possibilitou de fato esta alteração, sem que ele suponha esquecer a luta e a reivindicação realizada durante décadas pelos (as) assistentes sociais espanhóis, para conseguir que estes (as) chegassem, primeiramente, aos estudos universitários e para que esses se convertessem, posteriormente, em uma licenciatura.

Atualmente na Espanha são oferecidas 50 graduações em Serviço Social, sendo 13 delas em universidades privadas e 37 de caráter público. Destas 37 públicas, em 7 delas, verifica-se o dobro de oferta de graduação,

variando entre os cursos de Sociologia, Relações Laborais e Recursos Humanos, Criminologia ou Terapia Ocupacional.

O objetivo desta pesquisa é investigar, compreender e aprofundar como se encontra hoje o Serviço Social Espanhol, no contexto de desmantelamento das políticas sociais europeias de bem-estar, com incidência sobre o trabalho profissional, bem como a construção de possibilidades de intervenção e a implementação de respostas qualificadas. Este último aspecto se articula com a preocupação pela atual formação profissional na Europa, pela internacionalização do ensino superior com seus processos de mobilidade e validação, entre outros, e que cremos vir impactando a autoimagem da profissão.

Em suma, se trata de responder a questões, tais como: o conservadorismo que marcou a origem da profissão, também na Espanha, sofreu mudanças? Como se encontra a imagem da profissão neste território? No contexto da atual crise económica e social que alcança os quatro cantos do mundo, e de modo particular a União Europeia, como o Serviço Social na Espanha tem vivido e de que modo enfrentou seus impactos no âmbito da formação e do trabalho profissional? Quais são os marcos e/ou parâmetros legais que protegem o exercício profissional e favorecem a organização que sustenta a formação e o trabalho profissional das/dos assistentes sociais espanholas (ois)?

No âmbito da educação superior, com o processo de Bolonha⁷, como estas mudanças impactaram a formação profissional dos acadêmicos do Serviço Social Espanhol? Qual é a imagem, ou imagens, da profissão presente/s nas instituições de formação e no seio da categoria profissional? Quais são as similitudes e/ou singularidades da autoimagem do serviço Social Espanhol e Brasileiro? Quais são os limites e possibilidades de articulação entre o Serviço Social Espanhol e Brasileiro? Como a crise do capital se expressa nas particularidades nacional, regionais e locais, aproximando-se ao debate do Trabalho Social brasileiro?

⁷ O Processo de Bolonha supõe um espaço de educação superior em Europa que criou um acelerado processo de mobilidade estudantil, internacionalizando o ensino superior com impactos em diversos projetos de formação profissional e com influencias nos movimentos de reforma universitária atual América Latina.

A justificação e a relevância deste estudo surgem no marco da “globalização” do capital, a expansão das fronteiras no campo do trabalho e, especialmente em seu sistema de proteção social e dos recortes produzidos no mesmo desde o Estado neoliberal, com transformações nos espaços laborais e nas políticas sociais, assim como os limites e possibilidades em relação a autonomia das profissionais.

A discussão sobre o Serviço Social aqui contemplada está afinada com a compreensão sobre a profissão cunhada por Iamamoto (2000, p. 25), no que diz respeito à necessidade de compreendermos o significado social da profissão e como esta participa dos processos de produção e reprodução das relações sociais. Assim, conforme a referida autora, nossa preocupação “é afirmar a ótica da totalidade na apreensão da dinâmica de vida social e procurar e identificar como o Serviço Social participa nos processos de produção e reprodução das relações sociais”.

Na primeira parte deste trabalho buscamos refletir sobre o Serviço Social em tempos de crises do capital na Espanha e no Brasil, bem como sobre as transformações ocorridas nos espaços laborais e nas políticas sociais, em decorrência dessas crises. Na segunda parte desta comunicação, apresentamos os resultados atuais da investigação, na qual buscamos aprofundar sobre alguns dados do perfil do profissional de Serviço Social, que atuam na atenção direta (atenção primária) dos serviços sociais comunitários⁸ de Mallorca, Ilhas Baleares, bem como sobre as condições de seu exercício profissional destacando os seguintes aspectos: o que a instituição espera das/dos profissionais? Qual é o nível de autonomia das/dos mesmas/mesmos em relação a organização do trabalho? As/os profissionais realizam algum tipo de investigação/pesquisa para subsidiar sua intervenção profissional? Qual é o significado da investigação/pesquisa para o trabalho do Assistente Social?

1. DESENVOLVIMENTO: SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL

⁸Serviços Sociais comunitários, são os serviços de assistência social vinculados à administração local dos municípios e são os que oferecem as prestações básicas de serviços sociais mais próximos aos cidadãos como: informação e orientação, prevenção, gestões de prestação básica etc.

1.1. Trabalho Social⁹ no Estado espanhol

A partir de 2008, como consequência do processo de Bolonha, se iniciou o processo de implantação do *Título de Graduación en Trabajo Social*, no qual participaram 32 Universidades em que se inicia nesse momento o título de *Diplomado em Trabalho Social na Espanha*. Este trânsito supôs, em primeiro lugar, a consecução de uma reivindicação histórica que já vinha sendo realizada desde muito tempo pelos mesmos *Colegios Profesionales de Trabajo Social*, pela comunidade acadêmica (professorado e alunado). Por outra parte, também significou a implantação dos mestrados e doutorados, um impulso fundamental para a especialização e a investigação e, ademais, a consecução de espaços que não havia sido desenvolvido na Espanha até o momento, permitindo a equiparação da profissão a outras áreas de conhecimento que se impõem nas diferentes universidades espanholas.

A graduação em Trabalho Social na Espanha nasce como fruto da reforma do sistema universitário espanhol auspiciado pelo Plano Bolonha, com um marcado caráter competitivo-mercantilista. O marco de adaptação dos títulos universitários ao Espaço Europeu de Educação Superior, se baseia no desenvolvimento de competências, tendo como referência o sistema de créditos europeus (ECTS) e o Espaço Europeu de Educação Superior (EEES).

São vários os desafios que se apresentam com o novo cenário e, um de eles sem dúvidas, é a adequação da formação ao contexto e aos desafios do mundo atual. Uma formação que não pode manter-se a margem das mudanças sociais e das fraturas produzidas pelo neoliberalismo e as pressões exercidas sobre o Estado de Bem-Estar, que possibilite um trabalho profissional crítico junto aos cidadãos, não assistencialista, e também o desenvolvimento de um Trabalho Social menos burocratizado e mais centrado no acompanhamento às pessoas, por sua vez potencializador da autonomia das mesmas. Ao mesmo tempo, é necessário o impulso definitivo à formação investigadora específica em Trabalho Social, entendendo a mesma como uma oportunidade que para potencializar a compreensão e o exercício da profissão no século XXI.

⁹Neste item utilizaremos a expressão trabalho social para designar a profissão de serviço social, conforme idioma espanhol. Ao longo do texto, utilizaremos ora *trabajador/a* social ora assistente social, ambas para designar a/o profissional de Serviço Social/*Trabajo Social*.

A Constituição Espanhola, aprovada em 1978, define a Espanha como Estado Social, determina que os poderes públicos a coloquem em marcha os sistemas públicos de educação, assistência sanitária, seguridade social, reconhecendo o direito ao emprego e a uma moradia digna a todos os espanhóis. O estado de Bem-Estar supõe o reconhecimento de uma ampla gama de direitos sociais, civis e políticos. Neste período o estado espanhol passa por uma mudança estrutural com reformas onde os protagonistas são as instituições e a descentralização de carácter local, o incremento de debates sociais e, por conseguinte, os processos de transformação democrática. (BUENO ABAD, 1998).

A partir dos anos 1980, se impulsionam novas reformas sociais através da configuração territorial do chamado *Estado de las Autonomías*, que instaurou uma estrutura universalizada e espacialmente descentralizada de serviços do bem-estar, na qual as comunidades autônomas e respectivas províncias e municípios administram seus interesses específicos com a garantia financeira correspondente. Desta forma, as gestões municipais foram adquirindo protagonismo no contexto de uma Europa que tinha como bandeira o princípio da subsidiariedade, surgindo políticas de gestão do bem-estar da população baseadas na governança e políticas públicas, no fortalecimento das competências do poder local e da participação cidadã (GIJÓN, MATOS-SILVEIRA Y MORATA, 2010).

A natureza do Estado de Bem-Estar na Espanha se caracteriza por emergir em contextos marcados por uma modernização capitalista tardia e, já em pleno século XX, na época do fordismo-keynesianismo, por uma ditadura política de raiz militar instaurada pelo general Franco. Navarro (2015), assinala que o subdesenvolvimento social do Estado de “Bienestar español se debe às sequelas nocivas desta época de domínio ditatorial y dos grandes déficits causados pelo excessivo poder estatal de classe e de gênero” que se reproduziu desde final do século XX até início do XXI, de maneira significativa, nas instituições da democracia, tais como: a monarquia, a igreja, o mundo empresarial, os bancos, as administrações públicas, etc.

O isolamento que o país sofre com o exterior foi um fator que contribuiu para radicalizar a abordagem paternalista da profissão. Se confundia a prática

profissional com o apostolado católico, retardando e dificultando a possibilidade de compartilhar experiências profissionais com outros países que iniciaram o processo de emancipação da disciplina. (ZAMANILLO, 1987).

Mas queremos ressaltar aqui que, com a transição democrática, e como decorrência da luta das/os trabalhadoras/es sociais, a referência à "beneficência" desapareceu a partir da década de 1980, uma vez que as/os trabalhadoras/es sociais desempenharam um papel importante na elaboração de leis autonômicas de serviços sociais. Um de seus objetivos é *“superar todo lo que suene a los modelos franquistas de acción social paternalista y benéfica, dirigida exclusivamente a los pobres y marginados con fuerte carácter estigmatizador”*. (SANZ, 2001: 19).

Não obstante, apesar da importância de tornar visível a presença das/os profissionais - em instâncias técnicas, de gestão e direção, protagonizando a implementação de programas sociais e o salto da garantia de direitos discricionários aos direitos universais - hoje, ainda desenvolve *“un Trabajo Social fagocitado por la Política Social unido a que los discursos teóricos tampoco han caminado concomitantemente de la mano de la prácticas cotidianas de los profesionales”* (GIRELA, 2017: 102).

É um fato que as atuais orientações das políticas sociais - e, por conseguinte, as respostas profissionais num contexto de desmantelamento dos sistemas de proteção social do Estado de Bem Estar e das suas instituições - estão dialeticamente vinculadas à organização política da categoria e à sua capacidade de promover e acompanhar o exercício profissional, ao próprio projeto profissional vigente, seus princípios e valores, sua autonomia relativa e estratégias no cotidiano do exercício profissional.

1.2. Serviço Social no Brasil

No Brasil, em 1980, o Serviço Social vivenciou a expansão da *“Vertente Intenção de Ruptura”*, com a consolidação, em 1990, de seu Projeto Ético-Político, expressão da maturidade intelectual da vanguarda da profissão em sua aproximação com o marxismo. A profissão rompia assim com a análise "endógena", assumindo a perspectiva histórico-crítica, fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão (MONTAÑO,

2016). Com isso, foi possível compreender a origem e institucionalização da profissão em sua relação com a Igreja Católica, o Estado e a burguesia, na estratégia de enfrentamento da questão social. O Serviço Social é, nessa perspectiva, uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho e seu objeto de trabalho são as múltiplas expressões da "questão social", entendida como a manifestação da contradição entre o capital e o trabalho. Nessa perspectiva o/a assistente social é um trabalhador assalariado, subordinado a um contrato de trabalho e a determinações institucionais. Isto quer dizer que o trabalho realizado por este profissional e seu resultado dependem, ao mesmo tempo, de elementos materiais da realidade concreta, que fogem ao controle ou à determinação do profissional e de elementos que são de ordem teórico-intelectual e ideo-política.

A profissão aprofundou seu reconhecimento no âmbito acadêmico-científico (nas agências nacionais de financiamento de pesquisa, CNPq e Capes) e o papel político e organizativo da profissão, fundamental para a defesa de sua autoimagem renovada, construída a partir da compreensão do significado social do Serviço Social na sociedade capitalista. Os papéis da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), junto com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), na construção da Lei de Regulação da Profissão - Nº 8662/93, do Código de Ética e das Diretrizes Curriculares, aprovadas na Assembleia Nacional da ABEPSS, em 1996, foi fundamental para o avanço e resistência da profissão no atual cenário de crise do capital, com o conservadorismo e as políticas neoliberais de destruição das conquistas e direitos sociais da classe trabalhadora.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa, que faz parte de uma investigação maior iniciada em 2016, tem por objetivo analisar a autoimagem dos assistentes sociais. Para isso, faz-se uma análise do discurso profissional a partir da percepção subjetiva dos próprios participantes através de uma análise qualitativa e quantitativa de um questionário no qual 12 assistentes sociais dos serviços sociais

comunitários (atenção básica) de municípios com menos de 20 mil habitantes de Maiorca (Ilhas Baleares), nos meses de abril e maio de 2018.

Para a estratégia de amostragem, foi considerada uma amostragem de eventos (GERRISH e LACEY, 2008), em que foi previamente selecionado como eventos integrais para as reuniões do condado coordenadas por profissionais do Serviço de Apoio Territorial (SST) do IMAS (Institut Mallorqué'Afers Socials) por ser a tipologia de amostragem que melhor respondia às características da investigação, tanto para o tema de estudo quanto para as informações descritivas obtidas *a priori* sobre o entorno de coleta de dados. Na primeira parte do trabalho de campo, orientou-se pelo critério de conveniência, para que os participantes fossem contatados por meio dos assistentes sociais do SST e do IMAS, que conhecem e trabalham coordenadamente com a população do estudo.

Para o acesso a amostra, realizamos uma primeira abordagem ao meio em que os participantes estavam e, posteriormente, contatamos os participantes. Durante o procedimento respeitamos os aspectos éticos, especialmente com o consentimento informado e foi negociada a adoção de papéis, com cada um dos participantes na coleta de dados. O processo de seleção das participantes foi não probabilístico intencional, teórico e de conveniência.

Com base no que já foi mencionado, os critérios para a limitação da amostra se basearam em uma seleção dos/as profissionais que reuniram as seguintes condições:

- Trabalhadoras Sociais que desenvolvam o seu trabalho nos serviços sociais comunitários (cuidados primários) públicos de Maiorca;
- Municípios com menos de 20.000 habitantes;
- Trabalhadoras/es que estavam ativas/os no momento da chamada convocatória da pesquisa, independentemente da sua relação contratual, de modo que se excluíssem as profissionais em afastamento temporal ou licença ou licença médica ou maternidade;
- Trabalhadoras/es que atuavam atenção direta;
- Trabalhadoras/es com uma experiência mínima de 2 anos exercendo a profissão.

O tratamento dos questionários foi realizado mediante sua codificação, tabulação e análise, recorrendo ao *software Google Form*, o que permitiu uma análise quantitativa e uma análise do discurso das participantes.

3. RESULTADOS E ANÁLISES PRELIMINARES DA INVESTIGAÇÃO

Devido às limitações de espaço desta comunicação priorizamos apresentar alguns elementos que compõem apenas algumas partes do questionário, como resultado de um primeiro esforço coletivo de aproximação à análise dos dados da investigação junto às/aos profissionais de atenção direta dos serviços sociais comunitários de Maiorca (Ilhas Baleares)¹⁰. A metodologia da investigação vem combinando análise qualitativa e quantitativa, em duas frentes de pesquisa: a literatura para identificar os fundamentos do Serviço Social na Espanha e no Brasil e investigação de campo com sujeitos envolvidos no problema a ser estudado. A fim de ter uma perspectiva direta dos profissionais espanhóis foi aplicado um questionário que aborda dados relativos ao profissional assistente social, à identificação do serviço, ao relacionamento com o mesmo, à realização de estudos em Serviço Social, à imagem socialmente construída e à autoimagem da profissão, e ao exercício da profissão hoje.

Segundo uma investigação realizada por Mestre (2015) sobre as/os trabalhadoras sociais dos serviços sociais comunitários nos municípios de menos de 20 mil habitantes de Mallorca, o perfil sócio demográfico das/os trabalhadoras sociais é claramente feminino (90,91%), com uma média de idade, similar ao Relatório ISSE (2013), de 42,3 anos. No momento da pesquisa, 72,7% tinham parceiros, 52,3% filhos menores dependentes, dos quais 4,5% eram famílias monoparentais e 11,3% possuíam pessoas dependentes de seu cargo. Segundo os dados obtidos, as trabalhadoras sociais do Serviços Sociais Comunitários Públicos (SSCP) se caracterizavam por longas trajetórias profissionais com uma média de 16 anos. 41,5% das/os

¹⁰A investigação também está em curso em Granada e se desenvolverá também no Brasil, mas devido às dinâmicas e limitações das realidades institucionais, ainda estamos em processo de coleta de dados em ambos territórios.

profissionais têm entre 10 e 20 de exercício profissional e 34,2% têm mais de 20 anos. No que se refere à sua antiguidade no serviço, se constatou escassa rotatividade das trabalhadoras, já que 30,2% tinham mais de 20 anos no serviço atual, com uma média de 13,85 anos. Relacionado com a profissionalidade, Mestre (2015) analisa a formação das/os trabalhadoras/es sociais, e se conclui que 27,3% havia realizado outros estudos universitários (licenciatura, mestrado, especializações universitárias...) e apenas 6,8% havia realizado a Graduação em Trabalho Social (GTS).

As equipes profissionais interdisciplinares do SSCP, objeto de análise, se caracterizavam por uma heterogeneidade tanto na análise geral quanto na segregação por áreas territoriais da ilha. Embora os municípios analisados se caracterizassem geralmente por uma baixa densidade populacional, em seu SSCP 63,6% contava com a intervenção profissional de duas/dois trabalhadoras/es sociais; por outro lado, 36,4% de SSCPs restantes, apenas contavam com a intervenção de apenas uma/um trabalhadora/or social e, em alguns casos, estas/es tinham uma contratação a tempo parcial¹¹. Apesar de não contar com a equipe profissional, segundo a normativa Lei 4/2009 dos Serviços Sociais das Ilhas Baleares, foi constatada a contratação, mesmo a tempo parcial, de outros profissionais: em 92,5% dos municípios tinha trabalhadora/or familiar, 81,4% educadores, 57,14% auxiliar informadora e, com menor incidência, 43,9% eram mediadores e 39% eram psicólogos. Estes dados fornecidos sobre estas duas últimas figuras profissionais devem ser interpretados com cautela, porque um mesmo profissional exercia seu trabalho em diferentes municípios, dedicando algumas poucas horas semanais em cada SSCP. No caso dos mediadores, os resultados indicaram que sua dedicação era em tempo parcial, com uma dedicação muito limitada (de 45 municípios, apenas 13 tinham mediador intercultural¹² em jornada parcial, com a contratação de 5 mediadores interculturais). A partir de tudo isso, observamos que alguns SSCPs, em Mallorca, não contavam com a equipe profissional que regulamenta a Lei 4/2009 sobre serviços sociais nas Ilhas Baleares, nem os

¹¹ Não é jornada completa, entre 35 horas e 37,5 semanais, correspondendo a meia jornada.

¹² São pessoas que trabalham no âmbito dos serviços sociais e que se dedicam a atuar especialmente à população imigrante, muitas vezes selecionadas a partir do coletivo que pertencem (por exemplo marroquinos, senegaleses etc). Não há exigência de titulação, mas alguns mediadores interculturais são assistentes sociais.

índices recomendados no Plano Estratégico de Serviços Sociais elaborado pelo IMAS (2010).

Os dados sobre as condições de trabalho e económicas das/os trabalhadoras/es sociais, indicaram que existe grande diversidade, em geral e por áreas territoriais, tanto em termos de relação contratual quanto de condições salariais. As condições contratuais das/dos trabalhadoras/es sociais não garantiam sua estabilidade no emprego, já que a maior percentagem estava ocupada por vagas fixas, categoria laboral que, com as reformas legislativas, não assegurava a continuidade de postos de trabalho. As condições económicas demonstram mais uma vez que houve grande heterogeneidade entre as diferentes áreas, e mesmo entre os próprios SSCP, dependendo se a relação contratual era diretamente com o *ayuntamiento*, se era profissional autónoma/o, se ocupava um cargo de coordenadora/or e os anos em que vem desenvolvendo seu trabalho profissional. O que Mestre (2015) aponta cria situações realmente injustas e considera falta de ética, respeito e valorização para as trabalhadoras sociais.

De seu estudo a autora ressalta:

[...] los servicios sociales comunitarios en Mallorca carecen de una estructura autonómica, real e integral, que dote de los instrumentos normativos, profesionales y económicos para garantizar la consolidación de un sistema de protección débil, especialmente en el contexto de amenaza que puede suponer la Ley RSAL (MESTRE, 2015, p. 215).

A jornada laboral semanal das trabalhadoras sociais participantes desta investigação está entre 35 e 40 horas semanais, predominando a jornada de 37,5 horas por semana. E quanto ao salário bruto mensal encontramos os seguintes valores: a partir de 1.200 euros até o de 3.000 euros, sendo majoritário o que ronda os 2.000 euros.

Atendendo ao que a instituição espera das/os profissionais, estas/es priorizam: atenção psicossocial a nível individual-familiar das pessoas que buscam os Serviços Sociais; a concessão de ajudas/prestações a pessoas que as solicitam e o acompanhamento profissional às situações de solidão, isolamento e desvinculação que apresentam as pessoas; e a gestão democrática, sistematização e registo detalhado da intervenção e da

capacitação das pessoas em diferentes tipos de habilidades/necessidades, desde um trabalho grupal com as mesmas.

Em relação à autonomia que dispõem as profissionais para organizar o trabalho ou se este é determinado pela instituição, as/os profissionais comentaram que majoritariamente possuíam autonomia em diferentes graus, embora essa autonomia fosse condicionada em muitos casos também, pelas diretrizes da administração. Conforme demonstram os seguintes depoimentos:

Autonomía relativa, el marco y el protocolo está estipulado. E.9

Dispongo de autonomía siempre en base a las priorizaciones técnicas y/o políticas. E.11

Em relação à pesquisa estar vinculada ou não à intervenção, 3 de cada 4 entrevistadas/os responderam que não realizam nenhum tipo de pesquisa para realização da sua intervenção profissional, justificando que: “*no disponen de tiempo*” E.10, ou que “*solo de forma puntual*” E.5. A pesar disso, manifestam: “*No, pero siempre necesitamos documentarnos y estar informados.*” E.8.

Ao serem questionadas/os sobre o significado da investigação em relação ao Trabalho Social, as/os profissionais manifestam o seguinte:

[...] hay muy poca investigación en TS, la mayoría de las investigaciones que conozco vienen de parte de la área de educación. E.1

[...] se destaca también la importancia de “abrir campos de estudio y publicaciones para poder avanzar. E.6

[...] saber hacia dónde ir, demostrar porqué hacemos las cosas. E.3

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de transformações societárias neoliberais ocorridas nas últimas décadas vem impactando a profissão de Trabalho Social, seus processos de profissionalização e desprofissionalização tanto na Espanha quanto no Brasil. Em ambas as realidades, as manifestações da questão social, se aprofundam em sua versão mais perversa, afetando negativamente

as condições de vida das classes trabalhadoras e subalternas, situação que impacta as condições objetivas do exercício profissional do assistente social.

A excessiva individualização da atenção, o aumento da burocratização e o retorno ao assistencialismo no atual contexto de crise, representam os fatores críticos da intervenção social que é realizada hoje. Nesta linha, no caso espanhol, Girela (2017, p. 101), afirma que os profissionais de Serviço Social hoje, têm suas tarefas reduzidas, principalmente, *“a la gestión de recursos y prestaciones en detrimento de actuaciones profesionales vinculadas con la promoción, sensibilización y la concientización, generándose una relación con la población usuaria en términos de dependencia institucional”*.

A progressiva individualização dos processos de intervenção e o aumento das respostas pontuais de ajuda temporária aliviam as consequências das situações, no entanto, estas situações não são solucionadas. Essa hegemonia do "individual" na intervenção vem justificada, em geral, pela pressão assistencial e pela escassez do número de profissionais, a que devemos acrescentar, em alguns casos, a visão de "curto prazo" que exige resultados imediatos da intervenção e que dificulta dedicar maior número de recursos a intervenções de longo prazo de caráter preventivo.

Neste sentido, Hernández (2006, p.256), aponta a existência de uma *“sensación generalizada de que el tiempo y las energías que se dedican al trabajo asistencial e individualizado son excesivos para los pobres resultados que obtienen”*. Estes, por sua vez, fruto do incremento dos recortes em políticas sociais, unido a imposição de um trabalho cada vez mais tecnoburocrata, afetam as condições propiciadoras de uma autonomia profissional capaz de problematizar criticamente o imediatismo e de desvincular-se dialeticamente da pressão de diretrizes institucionais.

O Estado capitalista faz mudanças em seu padrão de proteção social, mudando o modo como realiza sua intervenção social e, este último, impactando as condições objetivas do exercício profissional dos/as assistentes sociais. Segundo Montaña, (2016, p.10.), *“el pensamiento neoliberal concibe el pauperismo una vez más como un problema individual-personal, y por tanto “devuelve” a la filantropía (individual y organizacional) la responsabilidad de la intervención social”, y por la tanto impactando en el trabajo de las trabajadoras*

sociales, con refuerzo a las actuaciones individuales y muchas veces sin crítica a la estructura social desigual y generadora de nuestro objeto de intervención las “múltiplas expressões da questão social”.”

Portanto, podemos afirmar que, no atual contexto de crise capitalista, as respostas que o Estado neoliberal está construindo para o campo social (mas não apenas, atua em todos os âmbitos da sociedade) é diminuir os recursos para as políticas sociais universalistas e a precarização dos serviços sociais. Desafios a superar - frente à crise do capital - tanto em contextos do Serviço Social espanhol como do Serviço Social brasileiro.

REFERÊNCIAS

BARBERO, J. M. **El Trabajo Social en España**. Zaragoza: Mira Editores, 2002.

BARBERO, J. M., et al. **La identidad inquieta de los trabajadores sociales**. Barcelona: Col·legi de Diplomats en Treball Social i Assistents Socials de Catalunya, 2007.

CARO BLANCO, F. **Tesis doctoral. La inserción por el empleo de colectivos vulnerables**: Discursos y estrategias de los agentes de inserción en un contexto de crisis. Pamplona: Universidad Pública de Navarra, 2016.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

FERNÁNDEZ GARCÍA, T. **Fundamentos del Trabajo Social**. Alianza Edit., 2009.

GÍRELA REJÓN, B. **El Trabajo Social y los Servicios Sociales en España: El precio del neoliberalismo**, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10481/45112>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

HERNÁNDEZ ARISTU, J. **Trabajo Social en el Espacio Europeo: teoría y práctica**. Ed.: Grupo 5, 2011.

HERRERA, M., AHEDO, J. (Coordinadores). **El Trabajador Social del siglo XXI**. Logroño: Universidad Internacional de La Rioja, 2013.

IAMAMOTO, M. V. **Renovación y Conservadurismo en el Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

KARIM, A. El Trabajo Social ante el Espacio Europeo de Educación Superior, ¿redefinición o continuidad? **Revista Portularia**, Huelva: Universidad de Huelva v. IX, n. 1, p. 25-32, 2009.

LIRIA, C. F. **Golpe de Estado en la Academia**. Disponible em: <<http://blogs.publico.es/dominiopublico/416/golpe-de-estado-en-la-academia>>. Acceso em: 15 fev. 2017.

MARTIN CANO, M., DE LA FUENTE, Y.M. **Trabajo Social en el espacio europeo de educación superior: el caso español**. Documentos de Trabajo Social núm. 53. Málaga: Colegio Profesional de Trabajo Social de Málaga, 2013.

MATOS-SILVEIRA, R. Trabajo Social en España: contextos históricos, singularidades y desafíos actuales. **Revista Katálisis**, n. 16, 101-118, 2013.

MESTRE MIQUEL, J. M. **Percepción del bienestar profesional de las trabajadoras sociales de los servicios sociales comunitarios de Mallorca**. Tesis (Doctoral)- Universidad Pública de Navarra, Pamplona, 2015.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “cuestión social” y su enfrentamiento. **Nóesis: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, v. 25, n. 49, jan./jun. 2016.

NAVARRO, V. **El subdesarrollo social de España**. Barcelona: Anagrama, 2015.

SANZ CINTORA, Á. **Acción social y Trabajo Social en España: una revisión histórica**. Acciones e Investigaciones Sociales, n. 13, 5-42, 2001.

VILLENA. A. M. **Género, mujeres, Trabajo Social y sección femenina**. Historia de una profesión feminizada y con vocación feminista. Programa de Doctorado. Granada: Universidad de Granada, 2010.

ZAMANILLO, T. Fisonomía de los trabajadores sociales. Los problemas de la identidad profesional. **Cuadernos de Trabajo Social**, Universidad Complutense de Madrid, n. 0, p. 85-103, 1987.

_____. Apuntes sobre el objeto en Trabajo Social. **Cuadernos de Trabajo Social**, Universidad Complutense de Madrid, v. 12, p. 13-32, 1999.